

O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS: REPERCUSSÕES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Nayara Hakime Dutra OLIVEIRA¹

Mário JOSÉ FILHO²

- **RESUMO:** Este trabalho tem como objetivos retratar a ação profissional do Serviço Social com famílias, buscando refletir sobre as possibilidades e os desafios que os profissionais assistentes sociais enfrentam no cotidiano da ação profissional. Buscamos caracterizar a política social e o seu percurso na sociedade, especialmente no século XX, e a sua relação com o Serviço Social. Através de um estudo sobre o trabalho social com famílias, pudemos verificar que a profissão, em seu percurso histórico, amadureceu e conseguiu fundamentação histórica e teórica para a sua prática, especialmente após o movimento de reconceituação do Serviço Social. A profissão, redefinida, propõe a construção de um projeto profissional de ruptura – o projeto ético-político do Serviço Social, no qual há a possibilidade de uma atuação hegemônica. Diante desse contexto, vale ressaltar que a família também vivenciou as transformações societárias, fazendo parte dessas mudanças. Nesse sentido, é necessário que os profissionais que atuam com famílias busquem compreendê-las em sua totalidade, entendendo-as como elas são e não como os profissionais gostariam que elas fossem. Entendemos que as reflexões acerca do trabalho com famílias importante, pois esse é um terreno de contradições, no qual a ação profissional do assistente social tem um papel que precisa ser constantemente repensado e reconstruído.
- **PALAVRAS CHAVE:** serviço social. famílias. trabalho social

1. A POLÍTICA SOCIAL E SEU TRAJETO NA SOCIEDADE

Podemos perceber que o agravamento da crise do mundo do trabalho trouxe como necessidade o aprofundamento de reflexões acerca do trabalho social realizado com famílias.

É certo que alguns fatores contribuíram para a construção

¹ Doutora em Serviço Social pela UNESP-Franca-SP, assistente social na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da UNESP, Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário da UNIFEB-Barretos-SP. Rua Ana Carolina Ferreira Arantes, 5334 – Residencial José de Carlos, Franca-SP.
nayahakime@hotmail.com.

² Professor Livre-Docente do Departamento de Serviço Social da UNESP-Franca-SP.

dessa história do trabalho social com famílias e das políticas de atendimento às suas necessidades.

Verificamos que o expansionismo do capitalismo teve sinais de esgotamento no final da década de 1960, com inúmeras conseqüências, especialmente nas últimas décadas do século XX. Tais sinais repercutiram drasticamente na vida das pessoas de um modo geral e houve dessa maneira, um rompimento com o “pleno emprego” keynesiano-fordista, tão propagado como sendo uma das principais características do *welfare state* - estado de bem estar social. A crise trouxe, juntamente com os ideais neoliberais, o desenho social-democrata das políticas sociais, sendo que houve mudanças das políticas sociais nos planos internacionais e nacionais (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Os neoliberais avançam entre os anos de 1969-1973, e para eles, a crise resultava do poder excessivo dos sindicatos, movimento operário, e afirmavam que esses corroeram as bases da acumulação e do aumento dos gastos sociais do Estado.

Como conseqüências do neoliberalismo podemos verificar os efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, provocando o aumento do desemprego, e também, em determinadas situações, a destruição dos postos de trabalho não-qualificados. Assim, ocorre também a redução dos salários, devido ao aumento da oferta de mão-de-obra, além das reduções de gastos com as políticas sociais.

Nesse sentido, o Estado transfere para a família a responsabilidade de seu próprio sustento, sem, contudo, lhe oferecer meios para essa sobrevivência. A família sofre escancaradamente os efeitos da política neoliberal.

Caracterizando alguns princípios da política neoliberal, Behring e Boschetti (2007) vêm trazer reflexões acerca da *seletividade* e a *distributividade* na prestação de serviços, apontando para a possibilidade de instituir benefícios que são orientados pela “discriminação positiva”, não se referindo apenas aos direitos assistenciais, mas permitindo a seletividade dos benefícios das políticas de saúde e de assistência social, contradizendo o princípio da universalidade do acesso aos bens e serviços.

A assistência social sofre as conseqüências do sistema, para se definir enquanto política pública e superar características que lhes são intrínsecas, como a morosidade na sua regulamentação

como direito, redução na sua abrangência, manutenção e reforço do caráter filantrópico, com presença das entidades privadas em diversos serviços, permanência de apelos e ações clientelistas, ênfase nos programas de transferência de renda, de caráter compensatório (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Atualmente, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído a partir de 2004, propõe algumas alterações nesse quadro da assistência, trazendo alguns avanços que merecem destaques, tais como a descentralização e participação, considerando a dimensão territorial, fortalecendo as dimensões da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), no que diz respeito a articulação entre Planos, Fundos e Conselhos. Algumas atribuições são colocadas às famílias e às organizações sem fins lucrativos – o terceiro setor, na busca da substituição da política pública (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Podemos verificar, contudo, que a política social não tem conseguido diminuir o quadro de pobreza e de exclusão no Brasil, ao contrário, podemos observar que há um aumento significativo das taxas de desigualdade social, com concentração de rendas nas mãos de poucos.

Existe ainda o fato de que as ações são expressivamente de caráter tutelar e assistencialista, além de serem fragmentadas na forma de direitos individuais.

Carvalho (2002, p. 95) afirma que “A atenção à família se tornou periférica. Quando existente, não era ela o alvo, mas sim a mulher, o trabalhador, a criança”. Ao obter a identidade de carentes de bens e serviços e de afetos, a família se inseria nos programas de assistência social. Ela defende também (2007, p. 267):

[...] ambas visam dar conta da reprodução e da proteção social dos grupos que estão sob sua tutela. Se, nas comunidades tradicionais, a família se ocupava quase exclusivamente dessas funções, nas comunidades contemporâneas são compartilhadas com o Estado pela via das políticas públicas.

Ultimamente, o que podemos verificar é que a família vem sendo cada vez mais essencial e também responsável pelo desenvolvimento dos cidadãos, desfazendo a tese de que a família, no estado de direitos, seria prescindível e substituível.

Se retomarmos à experiência brasileira, podemos observar

que as políticas sociais após a década de 1970 tiveram uma atenção especial à mulher no grupo familiar, ofertando-lhe condições e desenvolvimento de habilidades e atitudes para melhor gerir o lar (CARVALHO, 2007).

A autora afirma que na década de 1990 o olhar da política pública foi voltado para as crianças na família, com o advento da Constituição brasileira e do Estatuto da Criança e do Adolescente, cujo slogan da época ressoava “Lugar de criança é na família, na escola e na comunidade”.

Enquanto nos anos ‘dourados’ do *Welfare State*, com pleno emprego e oferta de políticas sociais universais a família parecia como uma unidade descartável, atualmente, esta tem um caráter primordial na sociedade capitalista. Naquele contexto, o Estado parecia suficientemente forte para assegurar as políticas sociais e partilhar a riqueza, assim como para conter os apelos selvagens do capital e garantir pleno emprego (CARVALHO, 2000b).

Continuando essa discussão, Carvalho (2000b, p. 17) afirma: “[...] a família retoma um lugar de destaque na política social. Ela é ao mesmo tempo beneficiária, parceira e pode-se dizer uma ‘miniprestadora’ de serviços de proteção e inclusão social.”

Além do papel de socialização de seus membros, particularmente as crianças e adolescentes, o que percebemos também é um grande número de famílias que possui uma capacidade de acolhimento não somente dos membros gerados em seu seio, mas também advindos de diversas situações, como, por exemplo, as famílias estendidas – pais, mães, avós, primos, sobrinhos, irmãos, parentes de diversas formas que passam a coabitar na mesma residência.

Retomarmos a família enquanto essencial na sociedade não significa retomarmos conceitos conservadores familiares, pois houve realmente uma transformação na sua configuração, expressa nos diversos tipos de configurações familiares hoje existentes. Significa, sim, reconhecermos que as possibilidades de proteção, socialização e criação de vínculos são presentes e essenciais aos indivíduos.

2. A FAMÍLIA COMO CENTRALIDADE NA PROPOSTA DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Se há algumas décadas estávamos acreditando no modelo de Estado de Bem Estar Social, que era capaz de atender as demandas de proteção, atualmente, nesse novo contexto em que vivemos, podemos verificar que vários fatores contribuíram para derrubar as expectativas e exigir soluções para Estado e Sociedade. A trajetória das políticas sociais demonstra que a família está no centro da atenção e da proteção social.

Na sociedade existe um crescimento nas demandas de proteção social, que são postas pela própria contemporaneidade. Não é somente a classe que não tem acesso aos bens e serviços, mas a maior parte dos cidadãos necessita dessa proteção social.

Os novos desafios estão postos: a partilha na responsabilidade de proteção social, que é justificada pela pobreza, pelo desemprego, pelo envelhecimento populacional; a partilha de responsabilidades formativas, devido ao individualismo presente, à perda de valores, à ineficácia dos educadores institucionais na socialização de crianças e adolescentes; o descrédito e o descarte de soluções institucionalizadas de proteção social, como internatos, orfanatos, manicômios (CARVALHO, 2007).

Como enfatizamos anteriormente, o que está presente e com força total na atualidade é o *Welfare Mix*, combinando recursos e meios mobilizáveis do Estado, do mercado, das Organizações não governamentais (ONGs), das organizações sociais sem fins lucrativos e da rede de solidariedade existente nas famílias, nas Igrejas, na própria população local. As políticas sociais se apresentam com as responsabilidades partilhadas.

Há a tendência das políticas de saúde e de assistência social introduzirem serviços voltados à família e à própria comunidade. Dessa forma, temos notado que os serviços de atendimento coletivo das políticas sociais estão buscando combinar várias possibilidades de atendimento que estão com o apoio da família e da comunidade.

Um exemplo dessa inovação nas políticas sociais é a questão da internação hospitalar. Hoje, podemos verificar o quanto diminuiu o tempo de recuperação das pessoas que submeteram a algum procedimento hospitalar. Há um trabalho

voltado para a internação domiciliar, para o médico familiar, o cuidador, os agentes comunitários de saúde, o programa saúde na família, dentre outros.

Com relação às políticas de combate à pobreza, podemos verificar, segundo Carvalho (2007, p. 270):

[...] A consciência geral de que a pobreza e a desigualdade castigam grande parcela da população brasileira estão a exigir políticas públicas mais efetivas e comprometidas com sua superação.

Os diversos programas criados são voltados para a população vulnerabilizada pela pobreza e desassistida em suas necessidades básicas. Os programas existentes de renda mínima visam garantir ao grupo familiar recursos para a alimentação básica e manutenção dos filhos na escola.

Apesar de reconhecermos que esse é um recurso necessário para a população, podemos perceber que é necessário repensar as ações emancipatórias, que aparecem de maneira descontínua e sem perspectivas de grande visibilidade. Esses programas, como o de estímulo ao microcrédito, acesso à habitação, geração de renda, programas socioeducativos e culturais, dentre outros, são também exemplos de ações para o enfrentamento da questão social.

A sociedade atual é pautada numa perspectiva moderna, mas no seu interior, necessita da família, seja ela configurada da maneira como se apresenta. Diante dessa realidade, podemos verificar que a família é uma maneira da vida privada se expressar, lugar de intimidade, de construções individuais e coletivas e um espaço significativo para a expressão dos sentimentos, que, nessa modernidade, podem ser esquecidos diante da correria contemporânea. Nesse sentido, ela torna-se imprescindível na sociedade. Os vínculos familiares podem assegurar ao indivíduo a segurança de pertencimento social. Conforme Carvalho (2007, p. 272) “[...] o grupo familiar constitui condição objetiva e subjetiva de pertença, que não pode ser descartada quando se projetam processos de inclusão social”.

A família, na sociedade contemporânea, vem sendo bastante pesquisada e valorizada, como espaço de relações horizontais e de crescimento de pessoas, pois é compreendida

como sendo importante espaço para a construção de identidades.

Ainda não estamos conseguindo, porém, através dos trabalhos realizados na esfera pública, dar voz às famílias, pois estas ficam à mercê dos programas sociais, que são escassos, fragmentados e não conseguem atingir toda a demanda.

Precisamos trabalhar com estas famílias em uma perspectiva emancipatória, pois programas sociais que atendem famílias, não têm a perspectiva de buscar essa emancipação, que seria tão necessária para que as famílias pudessem ser fortalecidas em todas as suas capacidades.

Nessa perspectiva, Carvalho (2007, p. 273) tece uma crítica ao olhar da política pública:

- Eleger apenas a mulher na família como porta de relação e parceria;
- Pensar idealizadamente num padrão de desempenho da família, que ostenta diversas formas de expressão, condições de maior ou menor vulnerabilidade afetiva, social ou econômica, ou ainda fases de seu ciclo vital com maior vulnerabilidade, disponibilidade e potencial;
- Oferecer apenas assistência compensatória, com escasso investimento no desenvolvimento da autonomia do grupo familiar.

A política social, nesse contexto neoliberal e capitalista, ainda tem muito a crescer. Enquanto ela não atinge seus objetivos centrais, a família vem buscando diversas estratégias de sobrevivência, sem o mínimo necessário para sobreviver. Fica complicada a situação das famílias, quando estas não possuem o trabalho necessário para garantir a subsistência. Nesse contexto, a luta pela sobrevivência, no que se refere principalmente as condições materiais, impõe-se como preocupação central da família (JOSÉ FILHO, 2007).

A pobreza e a miséria no Brasil vêm se instaurando cada vez mais. A preocupação com esse quadro é contínua. A família em situação de precariedade econômica é um local onde se manifesta a desigualdade social, que foi sendo construída na década de 1980 e se consolidou em 1990. Torna-se necessário, diante dessa situação, a criação de programas que atendam à família em sua totalidade, na maneira pela qual ela está configurada. É importante o

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 55-80, 2009 61

fortalecimento cotidiano das famílias, políticas sociais consistentes e de atendimento integral das suas necessidades.

Auferir para as famílias a divisão de responsabilidades sem dar às mesmas as mínimas condições de suportar o fardo de ser co-responsável por sua subsistência é mais uma transferência de responsabilidades do que uma divisão, pois quando há algo para se dividir, ambos ficam com certa parte. No que diz respeito à família como centralidade nas políticas sociais, o que podemos verificar é que a família ficou com a parte pior: a de sobreviver sem os mínimos meios para atingi-la.

3 O TRABALHO COM FAMÍLIAS – PERSPECTIVAS PARA O SERVIÇO SOCIAL

A trajetória histórica do Serviço Social permite-nos refletir sobre o seu surgimento na sociedade. Inicialmente, como uma ajuda aos necessitados, como resposta às necessidades de uma determinada demanda. Inicialmente, pensando na função da assistência, especialmente à população que não possuía uma integração ao restante da sociedade. Houve muita influência européia e norte-americana na maneira de ser e no agir profissional.

A partir do movimento de Reconceituação do Serviço Social, ocorrido em 1960, cujo rebatimento veio a ocorrer mais precisamente na década de 1980, o que estava em pauta era a busca de uma reflexão teórico-metodológica a partir da realidade latino americana, que resultou em estratégias profissionais que fossem adequadas às necessidades específicas da América Latina, deixando de lado a influência norte americana e européia. (SILVA E SILVA, 2007).

A expressão das tendências de renovação da profissão (NETTO, 1991), tem o seu desdobramento em três vertentes, que se instalavam durante o processo histórico da profissão.

A vertente modernizadora tinha como maior influência o período de 1967 até os anos 1970, e era caracterizada pela necessidade de incorporar a política desenvolvimentista da época, com forte influência na maneira de pensar dos profissionais, cuja meta era modernizar, trazer novos métodos e técnicas para a profissão, e com isso alcançar o status profissional. A corrente que influenciava essa perspectiva era a funcionalista, caracterizando o

consenso na sociedade, através da atuação do profissional, que tinha o caráter neutro na sua prática profissional, não fazendo nenhuma crítica ao modelo societário e à instituição na qual trabalhava.

A vertente de reatualização do conservadorismo teve como período de influência o ano de 1968, quando a sua maior referência, Ana Augusta de Almeida escreveu a obra *Possibilidades e limites da Teoria do Serviço Social*, cujo embasamento teórico foi especialmente a corrente fenomenológica, tendo como principal característica a marca da subjetividade, com conceitos que eram contrários à tradição positivista e às referências do pensamento crítico-dialético marxiano. Segundo essa vertente, o profissional tinha três pressupostos teóricos para atuar: o diálogo, a pessoa e a transformação social. Havia o embasamento do diálogo na proposta psicossocial, e esse poderia ser concebido como gerador da transformação social, no sentido do trabalho com o homem para que ele consiga ser ‘transformado’ e assim ter uma possibilidade de transformação social. A pessoa era o homem total, sendo um sujeito racional e livre, deixando de ser entendido como alienado, oprimido e desajustado.

A vertente de intenção de ruptura trouxe uma influência questionadora nos anos 1970, e atingiu a sua hegemonia nos anos 1980. Havia a preocupação com o compromisso profissional do Serviço Social quanto às injustiças que estavam ocorrendo na estrutura social. Influenciada pela corrente marxista e por um engajamento político-partidário, percebia o Estado como instrumento das classes dominantes e as instituições como ‘aparelhos ideológicos do Estado’ (ALTHUSSER, 1998). Dessa maneira, buscou-se um trabalho alternativo, fora das instituições. Inicialmente sofreu influências dos cristãos de esquerda (juventude católica), da área da cultura e da educação. O marco do processo de ruptura com a proposta do Serviço Social tradicional foi o Método Belo Horizonte – caracterizado pela proposta profissional alternativa ao tradicionalismo do Serviço Social, cujas preocupações centrais estavam em utilizar os critérios teóricos, metodológicos, interventivos. Todo esse questionamento deu margem a um novo projeto de formação profissional, com avanço na produção científica dos assistentes sociais. Havia, nesse contexto, o esforço de construção de respostas profissionais às demandas postas para a profissão em diferentes conjunturas.

Essas tendências trouxeram, naqueles contextos determinados, reflexões sobre a família e sua importância na práxis do Serviço Social (SILVA E SILVA, 2007). É certo que o assistente social, na sua atuação irá ter contato com a família, pois esta é parte de seu cotidiano profissional.

A realidade do mundo contemporâneo traz mudanças expressivas no Serviço Social. Em meio às expressões da questão social no mundo contemporâneo, podemos verificar que houve um exponencial aumento da desigualdade, cujos efeitos na vida da população atendida pelo Serviço Social são extremamente devastadores.

Diante da crise no mundo do trabalho, cujas principais características podemos verificar na atualidade, como o desemprego, o fim do emprego, a tripla jornada de trabalho, a ação profissional polivalente, dentre outras, a abordagem com famílias é constituída de novos contornos e especificidades. (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2007).

Nesse sentido, verificamos que a exclusão social no Brasil é vivenciada de maneira mais grave e aguda. É necessário ter um olhar crítico para a realidade, e, ao mesmo tempo, buscar ser realista e propositivo na elaboração de políticas e programas sociais, considerando a real necessidade das famílias que são a demanda do cotidiano de trabalho. É preciso ter conhecimento continuado, baseado em uma ação metodológica e em uma avaliação permanente, para a garantia de melhores resultados nas ações interventivas com as famílias.

Recorrendo às autoras Guimarães e Almeida (2007, p. 130), podemos verificar que

Essas famílias estão diante do desafio de enfrentar, sem nenhuma proteção social, carências materiais e financeiras. Convivem, além disso, com graves conflitos relacionais. Essas dificuldades já são suficientes para caracterizar a situação por elas vivida como de violência social. A essas dificuldades somam-se episódios cotidianos de violência urbana, originados pelos grupos do narcotráfico e do crime organizado, compondo um quadro de acúmulo e potencialização da violência familiar.

As famílias com as quais o Serviço Social trabalha estão à margem da sociedade, onde as manifestações da questão social em seus cotidianos se mostram escancaradas e de formas variadas, fato este que traz para o profissional um desafio no sentido de conseguir obter respostas às demandas contemporâneas que lhes são apresentadas no contexto brasileiro.

A atuação profissional no mundo contemporâneo precisa buscar a sua intervenção pautada no conhecimento do que é realmente a ação diante das situações de pobreza e exclusão, ou seja, efetivar o trabalho do Serviço Social com famílias.

Ao buscar metodologias de trabalho específicas para famílias que vivenciam esta situação, podemos afirmar que o Serviço Social apropria-se de sua demanda de trabalho: as famílias em situação de pobreza e (ou) de exclusão social.

Ao contrário de atuar somente nos aspectos imediatistas, nos quais as famílias que vem ao nosso encontro estão em situações de extrema necessidade, existe atualmente a possibilidade de se pensar na efetivação de um trabalho que busca ações preventivas, de abordagens grupais e individuais, diante das situações de exclusão social que essas mesmas famílias estão inseridas.

Fortalecidas, as famílias que são acompanhadas pelo Serviço Social, juntamente com profissionais de áreas afins, podem ter instrumentos de enfrentamentos das situações que permeiam seu cotidiano familiar e social.

Ao serem fortalecidas, essas famílias podem apresentar as potencialidades de seus integrantes, na medida em que podem criar, construir relações que auxiliam os membros mutuamente, rumo ao crescimento coletivo familiar.

O trabalho com famílias deve ser realizado de maneira sistemática, fugindo do pragmatismo ou da abordagem aleatória. Dessa maneira, podemos conquistar um vínculo com as famílias atendidas pelo Serviço Social, e obter um avanço na proposta profissional.

Atuando dessa forma, podemos afirmar que as famílias passam a ser parceiras na elaboração dos programas e das políticas sociais, juntamente com os profissionais de Serviço Social e áreas afins, e não somente utilizadoras desses programas e políticas.

De um modo geral, o trabalho realizado com famílias busca a garantia da proteção às mesmas. Por mais difícil que seja a

situação pela qual determinada família esteja enfrentando, é preciso que os profissionais, juntamente com as famílias, busquem meios de favorecer o acesso aos seus direitos sociais.

Fazer com que as famílias atendidas pelo Serviço Social tenham voz, essa voz calada pelas decepções que sofreram no decorrer de sua existência, é tarefa desafiadora, mas necessária. É preciso ter um olhar transcendente para compreender que não é pelo fato de estarem nas situações de pobreza e exclusão, que essas famílias não possuem direitos a serem conquistados.

Outro fator importante a ser refletido se refere aos programas de transferências de rendas. Apesar de serem considerados como avanços, com o objetivo primordial de assegurar a subsistência imediata da população, é preciso ainda percorrer a trilha da demanda que necessita de uma maior qualidade de vida. Pensar em propostas de melhorias das condições de habitação, de qualificação profissional e de educação, ainda é um desafio. A necessidade imediata supera as necessidades mediatas e o que as políticas sociais estão buscando, na atual conjuntura, é o atendimento das necessidades imediatas.

Nesse assunto, Acosta, Vitale e Carvalho (2007, p. 159) afirmam:

[...] Para estas, é preciso dar uma atenção diferenciada. Precisa-se investir em seu projeto de futuro. Ainda não o têm. Estão perdidas em seu momento presente de projetos frustrados. Para esse grupo de famílias, uma renda mínima jamais poderá durar doze meses. E jamais poderia ser-lhes oferecido apenas uma renda. É preciso favorecer sua integração em processos de apoio psicossocial, de fortalecimento de vínculos relacionais, de formação profissionalizante, e, sobretudo, possibilitar novos horizontes.

As autoras supracitadas colocam importante reflexão acerca dos programas sociais existentes na sociedade e sobre o trabalho com famílias. Realmente, a renda é uma das maneiras pelas quais essas famílias devem complementar a subsistência. Quanto ao seu desenvolvimento, outras necessidades devem ser trabalhadas, como elas bem citam, para ampliar as possibilidades de conquistas dessas famílias.

O trabalho do Serviço Social com famílias nas situações de pobreza e exclusão social exige dos profissionais uma formação específica e crítica com relação ao processo político, econômico e social vigente. É preciso avançar no que diz respeito ao reconhecimento da população atendida. Como as autoras Acosta, Vitale e Carvalho (2007, p. 161) trazem “[...] trabalhar com famílias na superação da pobreza exige focalizar melhor os diversos grupos/expressões de pobreza com estratégias e objetivos específicos”. A partir desse conhecimento, é possível planejar programas de temáticas específicas sobre as diferentes expressões de pobreza, a fim de que essas possam ter um espaço específico para a discussão de como cada família, na sua individualidade, vivencia a sua pobreza específica, além de outras discussões que podem ampliar a visão dos beneficiários da assistência social.

Atualmente, o que podemos verificar também é diversificação nas configurações familiares. É necessário que os profissionais de Serviço Social que atuam nessa sociedade possam despir de conceitos pré determinados sobre famílias para que possa atuar na realidade. Infelizmente, o que observamos é que existem profissionais que atuam diretamente com família e que acabam rotulando-as erroneamente (JOSÉ FILHO, 2007).

Não somente compreender, mas conhecer e respeitar as diferentes maneiras de ser família na atualidade é requisito indispensável para o profissional que irá atuar nessa área.

É importante verificarmos que a família é família em qualquer situação de configuração que venha a ser estabelecida, seja ela agradável ou não ao profissional que irá atuar com a mesma.

Para José Filho (2007, p. 144, destaque do autor)

A família como *locus* privilegiado de intervenção do Serviço Social tem aparecido nos últimos anos como preocupação de órgãos internacionais e governamentais de âmbito nacional, estadual e municipal. Isso se dá a partir da Constituição Federal de 1988, que dedicou um capítulo específico – artigo 226 – e fixou “a família tem especial atenção do Estado inovando consideravelmente os tratos político e social de família”.

Podemos verificar que há um distanciamento entre o que está contido na Constituição Federal e a real situação social das famílias no Brasil. Nesse contexto, o Serviço Social procura desenvolver estratégias de atuação junto às famílias brasileiras.

Utilizando instrumentos teóricos e metodológicos, o Serviço Social pauta a sua ação sob a influência advinda do movimento de Reconceituação, do materialismo histórico dialético, especificamente a teoria marxiana, sendo a dialética um movimento contínuo, parte da prática concreta para as formulações teórico-reflexivas. Dessa forma, a concepção de homem e de mundo que o profissional de Serviço Social possui deve enxergar o homem como um ser em contradição e em transformação na realidade. É, ao mesmo tempo, sujeito de sua própria história, construída, compreendida dentro da realidade.

Acreditamos que a relação entre os membros da família possibilita a vivência de fatos marcantes na vida dos sujeitos, dentre esses fatos podemos citar: a ternura, a sexualidade, os afetos, os nascimentos, as mortes. Se observarmos os fatos de cada situação vivenciada, podemos afirmar que a família sempre esteve presente em todos, ou em quase todos.

O Serviço Social, enquanto profissão contemporânea, não pode ter uma visão de família carregada de limitações. Ou então modelo de família “nuclear ideologizado” (JOSÉ FILHO, 2007).

É necessário observar que os trabalhos com famílias são carregados de individualizações de cada usuário do Serviço Social, voltados ao que se denominava de “reatualização do conservadorismo”, conforme citamos no início deste capítulo. Existe por trás dessa forma de trabalho a perspectiva de “equilíbrio e funcionalidade do sistema” (JOSÉ FILHO, 2007), onde o atendimento é fragmentado, deixando de considerar a família enquanto totalidade.

Ao superar a forma de referência de família como sendo somente o modelo nuclear, o Serviço Social pode ter uma visão ampliada da família que irá trabalhar. A abrangência do conceito de família permite a compreensão das suas várias configurações que existem na sociedade.

Podemos afirmar que ao compreender a família como ela é, o Serviço Social atua com ela em suas diversificadas configurações, que estão intimamente relacionadas com a conjuntura social, cultural e política existentes. A família, neste contexto, pode ser

cobrada pelos seus padrões de comportamento e desempenho, e o trabalho com famílias deve ser pautado no compromisso ético-político, possibilitando às mesmas a viabilização do acesso aos seus direitos.

Vale ressaltar que muitas das famílias não possuem sequer o acesso à informação sobre seus direitos, e, nesse aspecto, o Serviço Social possui um papel de extrema importância: informar aos usuários de seus serviços sobre quais as possibilidades que os mesmos possuem de inserção nos programas sociais e quais as políticas públicas que existem para a população atendida.

Segundo José Filho (2007, p.150, grifo do autor)

[...] a família tem que ser entendida enquanto uma unidade em movimento, sendo constituída por um grupo de pessoas que, independente de seu tipo de organização e de possuir ou não laços consanguíneos, busca atender:

- às necessidades afetivo-emocionais de seus integrantes, através do estabelecimento de vínculos afetivos, amor, afeto, aceitação, sentimento de pertença, solidariedade, apego e outros;
- às necessidades de subsistência-alimentação, proteção (habitação, vestuário, segurança, saúde, recreação, apoio econômico);
- às necessidades de participação social, frequentar centros recreativos, escolas, igrejas, associações, locais de trabalho, movimento, clubes (de mães, de futebol e outros).

Entendemos que é um caminho favorável priorizar o acesso da família às suas necessidades afetivo-emocionais, de subsistência-alimentação e de participação social, pois dessa maneira, poderemos obter a concepção da família enquanto totalidade, e não somente parcialmente em suas necessidades fragmentadas. Atuarmos nessa concepção permite avançarmos nas questões referentes às famílias.

Os projetos de atendimentos às famílias precisam compreendê-la enquanto grupo social, que possui características contraditórias e dinamicidade incomparável. Assim, as pessoas que passam pela família não são eternas, podem ser variáveis, de acordo com a sua própria individualidade, mas não perdendo a característica da coletividade.

Nessa perspectiva, o Serviço Social constrói a sua identidade no trabalho com famílias (JOSÉ FILHO, 2007). Essa identidade é construída na própria ação profissional, onde o mesmo conhecendo a realidade se apropria dela e pode legitimar a sua identidade profissional.

Não podemos negar a importância dos fatores sociais, culturais e políticos existentes na sociedade, pois estes são essenciais ao permitirem que os indivíduos compartilhem as suas experiências de vidas e oferecem oportunidades de relações sociais coletivas.

Ao trabalharmos com famílias, é importante refletirmos sobre aspectos que fazem parte do cotidiano da vida das pessoas que estamos atendendo e também pensarmos na inclusão de alguns fatores que estão distantes das famílias atendidas pelo Serviço Social, tais como o lazer, a cultura, a educação, a capacitação profissional, o direito à saúde, alimentação e habitação de qualidade. Nesse sentido, estaremos superando alguns desafios presentes no nosso cotidiano profissional.

A conquista da autonomia familiar aos usuários do Serviço Social, ou mesmo a emancipação desses usuários, é algo que precisa ser gestado no cotidiano do trabalho do assistente social. Sabemos que os enfoques assistencialistas e paternalistas já estão ultrapassados, pois na atualidade o que devemos primar é a luta pelo fortalecimento das famílias, para que as mesmas possam trilhar seus caminhos com segurança, conquistando seus direitos sociais.

Existem diversas metodologias de trabalhos com famílias, conforme a área específica de atuação. Geralmente há uma aproximação inicial dessas famílias, por meio de atendimentos emergenciais, como o que ocorre no Plantão Social, espaço no qual as famílias chegam para atendimentos de necessidades imediatas e eventuais. Há também o trabalho de orientação sistemática, como os serviços na área psico-sociojurídica, saúde e de assistência social geral, que são caracterizados pela escuta, reflexão conjunta com os usuários, orientações e prestação de informações, apoio à população em suas necessidades.

Conforme a demanda que o solicita, o profissional de Serviço Social faz o seu planejamento da ação profissional, buscando, em seu cotidiano, atender ao seu compromisso profissional

institucional, assim como ao seu compromisso profissional com a população usuária.

Segundo José Filho (2007, p. 152, grifo do autor)

Todo processo de orientação continuada envolve articulação com serviços que variam de acordo com a necessidade principal (saúde, habitação, cultura, educação...). A orientação tem sempre um componente psicossocial (espaço de escuta, construção de identidade e auto-estima) e um componente de educação popular e integração nas lutas coletivas/comunitárias.

A continuidade de orientações no trabalho do Serviço Social com famílias é algo extremamente importante, pois nesse espaço se construirão os vínculos profissionais com estas famílias, as possibilidades de transformações no coletivo das famílias, das estratégias específicas de ações e das lutas comuns entre a população usuária. As possibilidades de crescimento familiar em espaços coletivos e em trabalhos que têm uma continuidade são únicas, pois sem o acompanhamento familiar, pode ser que ações imediatas se percam no caminho.

Passar do atendimento das necessidades individuais para as familiares não é tarefa simples e imediata. É necessário pensarmos sobre as nossas próprias concepções de família, de homem e de mundo, de necessidades sociofamiliares.

Diante dessa nova realidade na qual estamos inseridos, é preciso que construamos um trabalho com famílias capaz de atender às necessidades da realidade atual na qual esse trabalho se desenvolverá. Também é necessário realizar reflexão acerca dos modelos nos quais esse trabalho é desenvolvido, buscando sempre a emancipação dessas famílias rumo à cidadania.

A ação profissional do assistente social pode ser configurada como prática social, partindo do pressuposto de que atualmente essa ação deve estar pautada no projeto ético político profissional.

Diante de todo o processo histórico da profissão, o assistente social veio construindo um caminho rumo à ruptura com o conservadorismo, rumo a construção de um projeto profissional que buscasse o resgate da liberdade como valor ético central, em um compromisso com a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.

Esse projeto está vinculado a um projeto societário que propõe a construção de nova ordem social, na qual não poderá existir a exploração de classe, gênero ou etnia.

Conforme Netto (1999, p. 105)

A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional.

Por meio da nossa atuação enquanto prática social, será possível atender às necessidades das famílias com as quais atuamos, numa perspectiva de conceber a família enquanto sujeito histórico, e que deve ser pensada em sua totalidade.

Ao nos posicionarmos a favor de uma ação que busque o atendimento das necessidades das famílias na sua totalidade, podemos afirmar que estamos trabalhando em perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais (NETTO, 1998). Diante desse acesso, podemos verificar a consolidação da cidadania, aspecto fundamental para a garantia dos direitos da classe trabalhadora.

Buscar o trabalho com as famílias na perspectiva de totalidade significa considerá-la enquanto sujeito histórico, e que, assim sendo, vivencia as manifestações da questão social no cotidiano de suas vidas. Tentar atuar com famílias nessa perspectiva, é, sobretudo, não ficarmos presos às questões iniciais que chegam ao Serviço Social através das próprias famílias, mas buscarmos ir além do aparente que está posto, adentrando na essência existente por trás de uma solicitação, e todas as questões que essa família, em seu contexto vivencia (desemprego estrutural, violência, fragmentação de políticas públicas, escassez de recursos sociais, precarização do serviço de saúde e de educação).

O que podemos perceber é que denomina-se ‘trabalho com famílias’ o que, na verdade, é um trabalho com ‘representantes de famílias’. Esse fato é comum aos serviços de assistência social. Há uma apresentação dos trabalhos como se fossem executados com famílias, grupos, quando, na verdade, nesses contextos estão presentes usuários que representam uma família. Isso não significa, porém, que com esses representantes de famílias não seja possível trabalhar dentro da perspectiva de totalidade. É possível,

ainda que não seja o ideal na meta do coletivo, trabalhar com representantes de famílias numa perspectiva de totalidade. A dificuldade está no que diz respeito aos recursos necessários para desenvolver tais trabalhos.

No que se refere à universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas sociais, o assistente social atua na contradição das instituições – já concebidas como aparelhos ideológicos do Estado, por Althusser (1998) – as quais não possuem, em sua maioria, capacidade de atendimento para toda a demanda existente, e a população que necessita de seus atendimentos, cujas etapas da existência já estão marcadas pelas inúmeras vezes que não conseguiu acesso aos seus direitos. Diante dessa duplicidade de realidade, o assistente social pode estar caminhando no sentido contrário da ordem burguesa, tentando, por todos os meios existentes, conseguir o acesso de determinada população aos bens e serviços.

Ainda em suas reflexões, Netto (1999, p. 105) traz a seguinte reflexão: “a dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona em favor da equidade e da justiça social”. Ao se posicionar em favor da universalização dos direitos ele tem um pensamento a favor da justiça social, aparentemente tão distante da nossa realidade.

Se houvesse a equidade, com certeza a justiça social estaria estabelecida e as famílias estariam vivenciando a sua cidadania plena. É realmente necessário lutar pela conquista da cidadania devido ao fato de que ela inexistente plenamente na nossa realidade, pois se existisse, por si só estaria garantida.

Discutindo a ação profissional, o projeto ético político do Serviço Social traz em sua estrutura básica, conforme Netto (1999, p. 105):

Do ponto de vista estritamente profissional o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aprimoramento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, alicerçada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir o passo à preocupação com a (auto) formação permanente e estimular uma constante postura investigativa.

Independentemente do modelo de família com o qual o profissional irá atuar, assim como a área na qual o profissional estará inserido, conforme prevê o nosso projeto ético político, o importante é que o profissional tenha um compromisso real com a competência, e para atingi-la, o assistente social necessita de uma formação continuada, que o leve a ter uma visão ampliada da realidade social e a propor ações sólidas, críticas, com base na fundamentação teórica e metodológica que irá adquirir mediante o processo de formação constante e uma postura investigativa.

Ao adquirir postura investigativa, há compromisso selado com a população usuária. A partir do momento em que o profissional toma posse de seu saber, que foi adquirido mediante a formação profissional, ele não pode ficar estagnado diante das injustiças sociais que permeiam a vida de seus usuários. O nosso maior compromisso está em tentar garantir através dos recursos (escassos) existentes na sociedade, o acesso da população usuária ao atendimento de suas necessidades.

Em tempos neoliberais, deparamo-nos com famílias que não possuem as mínimas condições de sobrevivência, no nosso cotidiano de trabalho. Diante dessa realidade, podemos afirmar que apesar de difícil, a instalação do projeto não é impossível, justamente por tentar aprofundar no debate contrário à política neoliberal, por tentar oferecer à população usuária, aquilo que lhes é negado no cotidiano de suas vidas.

Por se configurar uma prática social, a ação profissional do Serviço Social deve estar embasada em uma visão de homem e de mundo, sendo que para cumprir seus papéis reais, cujos rebatimentos recaem sobre a sociedade, deve estar articulada às demais práticas que buscam a mesma direção. Precisamos ter consciência daquilo que a nossa prática traz de efeitos para a sociedade. É necessário que tenhamos a clara concepção da nossa ação profissional, que não é e nem pode ser neutra (CARVALHO, 2000b).

A realidade é que diante das mudanças contemporâneas, ao profissional de Serviço Social exige-se uma nova postura, em uma sociedade marcada pelas profundas e constantes transformações sociais, que rebatem diretamente no trabalho com famílias.

A família realmente sofreu transformações tanto em sua configuração quanto em suas relações e o assistente social que

estagnou a sua visão de família mediante a sua formação e seu exercício profissional e não mais buscou a formação continuada pode não conseguir atuar de acordo com as proposições contidas no projeto ético político do Serviço Social.

Concebermos a família através de um único modelo, sem o qual essa família encontra-se 'desestruturada' ou 'desorganizada' pode ser fruto de uma visão fechada de família. Ampliar horizontes é um desafio contemporâneo ao Serviço Social, como bem afirma Yamamoto (2006, p. 17):

O momento em que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.

Se realmente sonhamos com uma sociedade diferenciada, onde existe a justiça social, a garantia de direitos, precisamos iniciar a nossa ação profissional de maneira concretamente diferenciada. Como poeticamente afirma Yamamoto, na reflexão acima, os sonhos devem ser alimentados e concretizados no dia a dia, ou seja, no cotidiano da ação profissional. É na própria ação profissional que o assistente social irá exercer a ampliação de seu horizonte, na efetivação de novos tempos mais justos e humanos. É, portanto, diante daquela família que o assistente social estará atendendo, que os sonhos e ideais profissionais poderão ser concretizados. O reconhecimento da população usuária do Serviço Social é que dará legitimidade ao profissional.

O que ocorre no cotidiano de trabalho do assistente social é o crescimento da demanda por serviços sociais, assim como existe um processo crescente da seletividade com relação às políticas sociais. Há a diminuição dos recursos públicos, e concomitantemente, uma diminuição dos salários. A população tem cada vez menos acesso aos direitos sociais.

Ainda, segundo Yamamoto (2006, p. 19)

Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação. [...]. É esse o sentido da crítica: tirar as

fantasias que encobrem os grilhões para que se possa livrar deles, libertando os elos que aprisionam o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais.

O olhar crítico ao profissional de Serviço Social deve sempre existir. É preciso que o profissional através de suas concepções possa decifrar o mundo real, possa construí-lo e reconstruí-lo. Olhar para a realidade tal como ela é. Qual é a família que o Serviço Social atua? Como realmente ela é? Quais as suas reais necessidades? O que pensa essa família?

Acreditamos que o ponto de partida para o trabalho com famílias é o conhecimento da realidade, sem máscaras, descortinada. Através da realidade pode-se construir uma ação rumo ao pleno desenvolvimento dos indivíduos.

A família, independentemente de sua forma ou configuração, pode ser um local para a construção da identidade pessoal e social. Já a ação profissional, pode propiciar aos membros dessa família a construção dos indivíduos sociais.

A perspectiva coletiva de ação e não somente o pensar numa ação individualizada, na qual são desconsiderados aspectos importantes da família enquanto totalidade é extremamente importante para o aprofundamento da ação do Serviço Social com famílias, numa perspectiva crítica, como bem traça o nosso projeto ético político.

O assistente social com esse olhar ampliado e diferenciado pode propor novas formas de ação para o atendimento da demanda, assim como pode realizar diferentes maneiras de abordagens com as famílias atendidas, para que estas possam, efetivamente, serem sujeitos de suas próprias histórias.

Não podemos ficar parados e alheios às mudanças contemporâneas. É preciso resistir aos apelos advindos do capital, do pensamento neoliberal, e lutar rumo a uma sociedade diferenciada, na qual os nossos usuários possam ter acesso real aos direitos sociais, que são materializados em forma de políticas públicas.

Nesse sentido, o profissional que atua com família não deve jamais perder a esperança da construção de um mundo melhor, de um local onde as famílias tenham ao menos acesso à educação, à habitação, à alimentação, aos vestuários, ao lazer e à cultura.

Podemos verificar que determinados equipamentos de serviços públicos não são capazes de prestar atendimento com qualidade a toda demanda, que é visivelmente maior do que as possibilidades de serviços oferecidos. Nesse sentido, as pessoas vêm para a assistência com o pensamento de que é algo caritativo, sem muito valor e que irá ser atendida conforme os demais serviços públicos existentes. Ao depararem com atendimento de qualidade, por profissionais qualificados e que procuram prestar atendimento segundo os ideais das profissões, ficam surpresos com a maneira pela qual são ouvidos, compreendidos e atendidos quanto às suas necessidades.

Precisamos ter um olhar crítico para a realidade, considerando a nossa capacidade de proposição e elaboração de políticas e programas sociais que atendam os contornos e as especificidades das famílias.

As famílias atendidas pelo Serviço Social estão diante das hipossuficiências materiais e financeiras, além de enfrentar os conflitos cotidianos em suas relações interiores. Algumas vivenciam a agressão verbal, a agressão física e as ameaças constantes, além de conviverem com a drogadição, o alcoolismo e a traição.

Acreditamos que nesse aspecto se encontra um dos maiores desafios do profissional de Serviço Social – fazer com que as famílias atendidas percebam que apesar das suas situações de pobreza, exclusão, conflitos, possuem direitos a serem conquistados por elas próprias, buscando os próprios meios de serem obtidos.

OLIVEIRA, N. H. D., JOSÉ FILHO, M. The social work with families: repercussions, possibilities and challenges. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 18, n. 2, p. 55-81, 2009

- *ABSTRACT: This work has as objectives to portray the professional action of the Social Service with families, trying to contemplate on the possibilities and the challenges the professional social workers face in the daily of the professional action. We intended to characterize the social politics and its course in society, especially in the twentieth century, and its relationship with the Social Service. Through a study on the social work with families, we could verify that the profession, in its historical course, ripened and it got historical and theoretical foundation for its practice, especially after the movement of*

reconception of the Social Service. The profession, redefined, proposes the construction of a professional project of rupture - the ethical-political project of the Social Service, in which there is the possibility of a hegemonic performance. In face of that context, it is worth to emphasize that the family also lived the social transformations, being part of those changes. In that sense, it is necessary that the professionals that act with families try to understand them in their totality, understanding them as they are, not as the professionals would like them to be. We understand that the reflections concerning the work with families is important, because that is a field of contradictions, in which the social worker's professional action has a hole that needs to constantly be rethought and rebuilt.

- **KEYWORDS:** *social service. families. social work.*

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. R.; CARVALHO, M.C.B. Famílias beneficiadas pelo Programa de Renda Mínima em São José dos Campos/SP: aproximações avaliativas. In: _____.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- _____.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- ALTHUSSER, L. P. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 31. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.
- CARVALHO, M. C. B. (Org.) *A família contemporânea em debate*. 3. ed. São Paulo: EDUC: Cortez, 2000a.
- _____. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, M. C. B. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O lugar da família na política social. In: _____. (Org.). *A família contemporânea em debate*. 3. ed. São Paulo: EDUC : Cortez, 2000b.

FALCÃO, M. C. B. A proteção social destinada às famílias brasileiras. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 14, n. 42, p. 68-77, ago. 1993.

GUIMARÃES, R. F.; ALMEIDA, S. C. G. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M.A.F. *Família: redes, laços e políticas públicas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M.V. *O Serviço social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 2006.

JOSÉ FILHO, M. *A família como espaço privilegiado para a construção da cidadania*. 1998. 295 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Franca, UNESP – Univ Estadual Paulista, Franca 1998.

_____. *Família: conjuntura, organização e desenvolvimento*. UNESP – Univ Estadual Paulista, Franca, 2007.

_____. Pesquisa: contornos no processo educativo. In: _____.; DALBÉRIO, O. (Org.). *Desafios da pesquisa*. Franca: Ed. UNESP – Univ Estadual Paulista, Franca, 2006.

KALOUSTIAN, S. M. *Família brasileira: a base de tudo*. 5. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2002.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Mod. 1. Brasília, DF: CEAD, 1999.

OLIVEIRA, N. H. D. *Recomeçar: família, filhos e desafios*. 2009. 218f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

SILVA E SILVA, M. O. da. *O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SZYMANSKI, H. *Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança*. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 23, n. 71, p. 9-25, set. 2002.

TRAVAIN, M. E. C.; VENDRÚSCOLO, T. S. *Família: determinações sociais e prática Profissional*. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 4, n. 1, p. 119-125, 1995.

VITALE, M. A. F. *Famílias monoparentais: indagações*. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 23, n. 71, p. 45-62, set. 2002.

WAGNER, A. (Coord.). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Artigo recebido em 07/2009. Aprovado em 09/2009.